



# I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ENSINO

FORMAÇÃO DOCENTE, TECNOLOGIAS E DIVERSIDADE

02 a 04 de Agosto de 2023



## A EDUCAÇÃO ESCOLAR DAS POPULAÇÕES CAMPESINAS DO MUNICÍPIO DE BOTUPORÃ: ASPECTOS HISTÓRICOS E POLÍTICAS PÚBLICAS<sup>1</sup>

Cleonice Matos Amaral<sup>2</sup> Kergilêda Ambrósio de Oliveira Mateus<sup>3</sup> Tatiane Nunes  
Loiola Vieira<sup>4</sup>

### Resumo

Com o objetivo de analisar a história do atendimento escolar dos sujeitos camponeses do município de Botuporã e as políticas públicas direcionadas à sua escolarização, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa em que se utilizou um levantamento bibliográfico e a entrevista semiestruturada para produção dos dados. Os resultados evidenciaram que, embora tenha acontecido um avanço na garantia do acesso à educação escolar, o cenário de invisibilidade que caracteriza a história de escolarização das populações camponesas não será modificado sem políticas públicas específicas de atendimento a esses sujeitos, impondo várias exigências a serem assumidas pelos atores locais.

**Palavras-chave:** Educação do Campo; escolarização; invisibilidade; povos do campo.

### Introdução

O presente estudo teve como questão central investigar que história marca o atendimento de escolarização das comunidades camponesas no município de Botuporã e como estão sendo atendidas as demandas educativas dessas populações por meio das políticas públicas implantadas pelos sistemas de ensino. Justifica-se pela sua relevância social para o contexto em que está inserido. O município de Botuporã, emancipado no ano de 1962, possui área territorial de 552,57 Km<sup>2</sup>, localiza-se no sudoeste da Bahia, a 751 km da capital. Integra-se às especificidades do Território de Identidade Bacia do Paramirim e tem uma população predominantemente

---

<sup>1</sup> Uma versão ampliada foi publicada no formato de artigo na Revista de Estudos em Educação e Diversidade (AMARAL; VIEIRA; MATEUS, 2022). É parte dos estudos desenvolvidos no Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGEn) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

<sup>2</sup> Mestre em Ensino pela UESB; coordenadora Pedagógica no Colégio Estadual do Campo de Botuporã (CECB), BA. <https://orcid.org/0000-0002-4392-0136>. E-mail: cleoniceamaral@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos; professora titular no Departamento de Ciências Humanas, Educação e Linguagem e no Programa de Pós graduação em Ensino da UESB. <https://orcid.org/0000-0002-3038-9286>. E-mail: kmateus@uesb.edu.br.

<sup>4</sup> Mestre em Ensino pela UESB; Vice-diretora do Colégio Estadual do Campo de Botuporã. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5297-6118>. E-mail: tatynl7@hotmail.com/tatiane.

campesina, conforme Tabela 1, a seguir, embora verifica-se uma redução nesse contingente.

Tabela 1 — População de Botuporã (1970 – 2010)

<b>Ano</b>	<b>Total de habitantes</b>	<b>População urbana</b>	<b>%</b>	<b>População rural</b>	<b>%</b>
<b>1970</b>	17.274	2.259	13.1%	15.015	86.9%
<b>1980</b>	21.032	3.632	17.3%	17.400	82.7%
<b>1991</b>	10.254	1.762	17.2%	8.492	82.8%
<b>2000</b>	11.522	3.251	28.2%	8.271	71.8%
<b>2010</b>	11.162	4.076	36.6%	7.086	63.4%

**Fonte:** elaborado pelas pesquisadoras com dados do SEI (2010) e IBGE (2010).

Os dados da Tabela 1 demonstram que Botuporã viveu uma brusca redução em seu total de habitantes, de 1980 a 1991, e confirmam, ainda, que desde os seus primórdios, é um município campesino. Contudo, desde 1970, começou a apresentar aumento da população urbana e queda gradativa da população rural, que ainda é predominante (63,4%). A temática investigada no *lócus* em questão se destaca pelo seu ineditismo e relevância no contexto acadêmico e social botuporense, que carece de pesquisas e registros relacionados a história da sua educação escolar.

As reflexões propostas têm por base as categorias de análise — aspectos históricos e políticas públicas — e estão fundamentadas nas falas dos participantes da pesquisa e no arcabouço teórico que sustenta o presente estudo. Para discussão dos aspectos históricos, fundamentou-se em Fernandes (2011), o qual realiza uma análise histórica e política das conquistas do Movimento por uma Educação do Campo. Pontua que o processo de escolarização dos sujeitos campesinos no Brasil é permeado por questões complexas da história do país, que exclui e marginaliza grande parte da população em benefício de uma pequena elite, além de ter a escola pública como um pilar para dominação e subordinação do povo campesino ao modo de produção capitalista. Fernandes (2011) ressalta, ainda, a importância da aprovação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica das Escolas do Campo, considerada por ele um passo fundamental na construção da política pública da Educação do Campo no país.

Calazans, Castro e Silva (1981), ao discutirem sobre as questões e contradições da educação escolar rural no Brasil, salientam que o processo educativo a que foi submetido os povos do campo no país tinha como principal objetivo a submissão e subserviência das pessoas à estrutura política e econômica vigente. Os referidos

autores evidenciam, também, a invisibilidade e o descaso a que foi submetida, historicamente, a escolarização dos sujeitos camponeses.

As reflexões sobre a categoria políticas públicas dialogam com os estudos de Caldart (2011), que destacam alguns traços que compõem a identidade da Educação do Campo, em oposição ao silenciamento acerca da escolarização dos povos camponeses, tal como do conceito de educação rural. A autora defende, entre outros pontos, que os sujeitos do campo devem ser atendidos por políticas públicas que garantam o direito à educação no e do campo.

Santos e Nunes (2020), ao refletirem sobre as políticas públicas educacionais para o campo, evidenciam que há uma priorização da cidade, uma vez que o atendimento às demandas dos sujeitos camponeses é bem inferior, apesar de ocorrer uma pequena melhoria. Marques (2016), ao tratar da política de formação docente para atuar em escolas do campo, defende que ela é imprescindível para que os professores possam compreender e efetivar os princípios da Educação do Campo em suas práticas pedagógicas em escolas do campo.

Além dos autores, este estudo amparou-se no Parecer CNE/CEB nº 36, nas Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 01/2002) e nas Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Resolução CNE/CEB nº 02/2008). Em suma, apresentou uma discussão sobre a educação escolar das populações camponesas do município de Botuporã, tanto em relação aos aspectos históricos, como sobre as políticas públicas, cujo objetivo foi analisar os principais aspectos históricos do atendimento de escolarização dos sujeitos camponeses de Botuporã e as políticas públicas direcionadas à educação escolar das pessoas do campo dessa localidade.

## **Metodologia**

A pesquisa foi desenvolvida com base em uma abordagem qualitativa, cuja produção dos dados se deu por um levantamento bibliográfico e pela técnica da entrevista semiestruturada. Foram selecionados um total de 12 (doze) participantes, como consta na Tabela 2, adiante, dos quais 03 (três) são professoras que atuaram ou

atuam em escolas no campo no município *lócus* da pesquisa, já os demais são sujeitos camponeses que participaram da pesquisa na condição de pessoas que tiveram ou não acesso à educação escolar no município de Botuporã.

Tabela 2 — Participantes da pesquisa

<b>Segmento</b>	<b>Total</b>	<b>Período de Atuação</b>	<b>Década em que nasceu</b>
Professoras de escola no campo	03	1ª – de 1970 a 1997	-----
		2ª – de 1994 a 2012	
		3ª – de 1990 a 2021	
Sujeitos camponeses	09	-----	03 – 1940
			03 – 1970
			03 – 2000
Total de participantes da pesquisa	12	Entre 1970 a 2021	Entre 1940 a 2000

**Fonte:** elaborado pelas pesquisadoras com dados da pesquisa.

Na seleção dos participantes, considerou-se os diferentes contextos históricos nos quais eles estão ou estavam inseridos, de modo que favorecesse uma reflexão sobre a temática abordada, observando os diferentes momentos da história de Botuporã. É possível verificar, na Tabela 2, que as 03 (três) professoras de escolas no campo escolhidas atuam ou atuaram nos seguintes períodos: de 1970 a 1997, de 1994 a 2012 e de 1990 a 2021, delimitando um recorte temporal de 51 anos na participação das professoras. No que diz respeito aos sujeitos camponeses, foram selecionados 03 (três) participantes, nascidos em cada uma das três décadas observadas (1940, 1970 e 2000). Esses 09 (nove) sujeitos possuem níveis de escolaridade diferentes, com oportunidades de acesso à educação escolar também divergentes.

Em observação aos aspectos éticos, os 12 (doze) participantes foram informados dos objetivos da pesquisa, todos leram, concordaram e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e suas identidades foram preservadas.

### **Resultados e discussão**

A reflexão sobre os aspectos históricos diante das falas dos 12 (doze) participantes da pesquisa evidenciou o modo tardio e precário em que a escola pública se instala nas comunidades rurais de Botuporã. Os 03 (três) sujeitos do campo, nascidos na década de 1940, relataram que nenhum deles teve acesso à escola pública no meio rural. Os 03 (três) participantes da pesquisa nascidos na década de 1970 apresentaram uma realidade um pouco diferente do período analisado anteriormente, pois tiveram acesso à escola pública na localidade em que residiam até a 4ª série, atual 5º ano do Ensino Fundamental. Após essa etapa de ensino, tinham que ir para

cidade estudar, no entanto, nesse contexto e período, não tiveram acesso ao transporte escolar, o que representou uma grande dificuldade em acessar à escola. Os 03 (três) sujeitos camponeses nascidos na década de 2000 relataram que tiveram acesso em suas comunidades rurais apenas à Educação Infantil e aos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para continuar estudando na escola da cidade, tiveram acesso ao transporte escolar público.

O relato da professora que atuou em escola rural, no período de 1970 a 1997, retrata, com detalhes, toda situação vivenciada por ela e seus estudantes no espaço escolar. Para ingressar na função docente não era exigida a formação, assim, era denominada como professora leiga e desempenhava todas as funções necessárias para que a escola funcionasse. A ausência de políticas públicas para atender às demandas educacionais dos povos do campo é muito marcante nesse período, refletindo nas precárias condições de trabalho docente e na qualidade das práticas educativas.

As evidências ora descritas dialogam com Fernandes (2011), pois ele esclarece que a escola rural, quando chega às comunidades camponesas, atende a interesses contrários aos sujeitos do campo. Em determinado momento histórico, serviu à elite latifundiária e agrária; em outro momento, à elite industrial que surgia no país. Para Fernandes (2011, p. 139), “A história do campo brasileiro é a história da luta contra o cativeiro e contra o latifúndio”. Nessa mesma perspectiva, ao discorrer sobre as contradições da educação rural no Brasil, Calazans, Castro e Silva (1981, p. 162), destacam que as ações educacionais do Estado para o campo sempre representaram “[...] uma fatia muito pequena e mesmo marginal nas preocupações do setor público [...]”. Fica evidente a inviabilidade e o descaso a que foi submetida, historicamente, a escolarização dos sujeitos do campo do país.

Para refletir sobre as políticas públicas implantadas pelo sistema municipal de ensino de Botuporã, que atende as populações camponesas, buscou-se o que já está instituído nas políticas de Educação do Campo em diálogo com as narrativas dos participantes da pesquisa. Marco importante na construção de políticas públicas são as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, Resolução CNE/CEB nº 1, de 2002, e Resolução CNE/CEB nº 2, de 2008.

Pela análise do que está regulamentado nessas diretrizes e nas narrativas dos 12 (doze) participantes da pesquisa, ficou evidente que a escola no campo de Botuporã tem um tratamento diferenciado da escola na cidade. Essa constatação dialoga com o posicionamento de Santos e Nunes (2020, p. 175), ao evidenciarem que [...] há claramente uma priorização da cidade em relação ao campo, uma vez que o atendimento por meio de políticas públicas é bem inferior [...]”.

As falas dos docentes e dos sujeitos do campo participantes do estudo apontam nessa mesma direção. Destacam que a escola da cidade ainda é o modelo a ser seguido e almejado pela escola rural, sua estrutura e condições atendem aos critérios exigidos nas políticas e programas governamentais, pensados e planejados para atender a esse tipo de escola. Por outro lado, a escola rural é marcada pela unidocência, classes multisseriadas, número reduzido de estudantes, infraestrutura física inadequada, precárias condições do trabalho docente, enfim, uma escola que não se “encaixa” nos critérios dos programas e políticas do Estado. Nesse sentido, as escolas do campo requerem do poder público políticas específicas para atender às suas demandas.

As narrativas dos docentes das escolas no campo de Botuporã apontam uma realidade de grandes contradições entre o direito à educação e a sua concretização, apesar de evidenciar alguns avanços nas últimas décadas.

## **Conclusões**

A história do atendimento educacional dos povos camponeses em Botuporã é marcada pela invisibilidade e silenciamento desses sujeitos e negligência por parte do Estado. As políticas públicas direcionadas à escolarização dos camponeses, no referido município, apontam as contradições existentes entre o dito na legislação da educação do campo e sua efetivação no âmbito do Sistema Municipal de Ensino.

Apesar dos avanços das últimas décadas, ainda há grandes desafios que carecem de respostas urgentes, a exemplo do fechamento de escolas do campo que representam um flagrante descumprimento da legislação. Portanto, é necessário criar espaços, no

âmbito do referido município, para discutir, juntamente com os povos camponeses, as políticas públicas destinadas a garantir a educação escolar a que tem direito.

## Referências

AMARAL, C. M.; VIEIRA, T. N. L.; MATEUS, K. A. de O. A educação escolar das populações camponesas do município de Botuporã: aspectos históricos e políticas públicas. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 3, n. 10, p. 1-19, 2022.

BAHIA. **SEI**: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Salvador, BA, 2010.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 03 de abril de 2002**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2002. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn\\_resolucao\\_%201\\_de\\_3\\_de\\_abril\\_de\\_2002.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf). Acesso em: 20 abr. de 2022.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação/Câmara da Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 02, de 28 de abril de 2008**. Diretrizes Operacionais Complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, 2008. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao\\_2.pdf](http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf). Acesso em: 20 abr. de 2022.

BRASIL. **Parecer CNE/CEB nº 36, de dezembro de 2001**. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de mar. de 2002. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECEBN362001.pdf?query=calendario%202021](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf?query=calendario%202021). Acesso em: 13 jun. 2021.

CALAZANS, M. J. C.; CASTRO, L. F. M. de; SILVA, H. R. S. Políticas educacionais: questões e contradições da educação rural no Brasil. *In*: WERTHEIN, J.; BORDENAVE, J. D. (org.). **Educação rural no terceiro mundo: experiências e novas alternativas**. RJ: Paz e Terra, 1981.

CALDART, R. S.. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARQUES, T. G. Educação do/no campo no contexto do município de Guanambi: uma análise a partir das políticas públicas. *In*: SÁ, M. M. D.; FERNANDES, M. F.; MARQUES, T. G. (org.). **Diálogos sobre políticas educacionais**. Goiânia: Kelps, 2016.

SANTOS, A. R.; NUNES, C. P. **Reflexões sobre políticas públicas educacionais para o campo no contexto brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2020. p. 229.